

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.776 - RS (2019/0207362-3)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : RESITEC LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO E REMOÇÃO DE RESÍDUOS L  
**ADVOGADOS** : DANIELE AGUIRRE DA SILVA PICALUGA MADRUGA - RS064551  
RAUL KAZANOWSKI DA SILVA - RS110917  
**AGRAVANTE** : ALDECIR DOS SANTOS NUNES  
**ADVOGADO** : CARINA DE MATTOS VALLE AGUAIDAS - RS064215  
**AGRAVADO** : ROSELAINE VIEIRA DE AZEREDO  
**AGRAVADO** : NATIELI VIEIRA DE AZEREDO  
**ADVOGADOS** : NEWTON JANCOWSKI JUNIOR - RS015573  
NEWTON JANCOWSKI NETO - RS079690

### DECISÃO

Trata-se de dois agravos interpostos por ALDECIR DOS SANTOS NUNES e RESITEC LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO E REMOÇÃO DE RESÍDUOS L, contra decisão que inadmitiu recursos especiais com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de ALDECIR DOS SANTOS NUNES, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 15/04/2019, sendo o agravo somente interposto em 27/05/2019.

Quanto à irresignação de RESITEC LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO E REMOÇÃO DE RESÍDUOS L, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 15/04/2019, sendo o agravo somente interposto em 22/05/2019.

Os recursos são, pois, manifestamente intempestivos, porquanto interpostos fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Cumpre esclarecer que "A prerrogativa processual do prazo em dobro, prevista no art. 229 do CPC/2015, correspondente ao art. 191 do CPC/1973, não se aplica ao agravo interposto contra a decisão que nega seguimento a recurso especial, tendo em vista que o autor dessa irresignação é o único que possui interesse e legitimidade para recorrer" (AgInt no AREsp 1247527/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 28/06/2018).

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço dos recursos.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente